

MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1- [ATA](#)
 - 1.1- [Reunião de Comissão](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Comissões](#)
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO](#)
 - 5- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATA

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de outubro de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Marco Régis, Jorge Eduardo de Oliveira e Jorge Hannas, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente lê ofício enviado pelo Sr. Bruno Lombardi, Procurador-Chefe da Defensoria Pública, comunicando que está sendo providenciada a designação de um Defensor Público para a Comarca de Betim, conforme solicitação feita a esse órgão. Prosseguindo, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições de autoria da Comissão. A Presidência comunica que se encontram à disposição da Comissão os avulsos sobre o Projeto de Lei nº 968/96, que contém a proposta orçamentária para o exercício de 1997. A Presidência procede à leitura de requerimento do Deputado João Leite, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de Saúde e Ação Social com a finalidade de ouvir os Srs. Ricardo de Menezes Macedo, Presidente do SINMED; José Hertz Cardoso, Prefeito Municipal de Jequitinhonha; Luiz Antônio Barbosa Lima, Diretor Administrativo do Hospital São Miguel; José Rafael Guerra Pinto Coelho, Secretário da Saúde; a Sra. Edite de Oliveira Santos e o Sr. Juvenal Ferreira Franco, convidados para participarem da reunião conjunta das Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de Saúde e Ação Social, a ser realizada no dia 30/10/96, com a finalidade de debater os problemas ocorridos no Hospital São Miguel, localizado na cidade de Jequitinhonha. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do

Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados no 2º turno os Projetos de Lei nºs 709, 860, 871, 886, 825 e 852/96, os dois últimos na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Jorge Hannas); 847, 892, 881, 855 e 884/96, os dois últimos na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Jorge Eduardo de Oliveira); 850, 851, 885, 887 e 853/96, este na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Marco Régis). São submetidos a discussão e votação, no 1º turno, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 146/95, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Luiz Antônio Zanto); 869, 904, 908 e 915/96, os três últimos com emendas que receberam o nº 1 (relator: Deputado Jorge Hannas); 899, 909, 926, 905 e 910/96, os dois últimos com emendas que receberam o nº 1 (relator: Deputado Jorge Eduardo de Oliveira); 906, 911, 927 e 902/96, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Marco Régis). A Presidência submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 421 e 463/95; 783, 807, 826, 827, 831, 843, 844 e 845/96, os quais são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 1996.

Carlos Pimenta, Presidente - Jorge Hannas - Marco Régis.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 201ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 5/11/96

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 955/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reversão de imóveis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua rejeição.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.128, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Oliveira imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 6/11/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/11/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/11/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 929/96, do Deputado Geraldo Nascimento.
Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 925/96, do Deputado João Leite.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de Defesa Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Leite, Leonídio Bouças, Hely Tarquínio, Antônio Roberto e José Braga, membros da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais; Glycon Terra Pinto, Miguel Martini, Anderson Aduato e Paulo Schettino, membros da Comissão de Defesa Social, para a reunião conjunta a ser realizada no dia 6/11/96, às 9h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se debater o problema da segurança pública no Estado, bem como o orçamento destinado à Secretaria da Segurança Pública para o ano de 1997.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 1996.

Djalma Diniz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 6/11/96, quarta-feira, às 14h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se ouvirem os Srs. José Afonso Bicalho Beltrão, Presidente do BEMGE e do CREDIREAL; Pompilho de Lourdes Canavez, Presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região; Cléber Augusto Sanches Wolbert, membro do Comando Nacional dos Funcionários do BEMGE; Marcelo José d'Agostini, representante dos funcionários do CREDIREAL; Wagner Túlio de Faria Pereira, representante da Associação dos Funcionários do BDMG, e Marcos Raymundo Pessoa Duarte, Presidente do BDMG, que, em audiência pública, debaterão o reajuste salarial dos funcionários do BEMGE e do CREDIREAL.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 1996.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 26/96

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados João Leite, Miguel Martini, Maria Olívia, Alberto Pinto Coelho, Dimas Rodrigues, Leonídio Bouças, Sebastião Costa, José Henrique, Anderson Aduato, Durval Ângelo, Gilmar Machado, Alencar da Silveira Júnior, Carlos Pimenta e Dílzon Melo, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 6 do corrente, às 14h45min, no Plenarinho III, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de, se possível, se apreciar o parecer.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 1996.

Simão Pedro Toledo, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 937/96

Comissão de Agropecuária e Política Rural
Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais e de Mulheres de Vargem Grande, com sede no Município de Presidente Olegário.

Após exame preliminar do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, vem a matéria a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

Fundamentação

De cunho filantrópico, a Associação em referência tem por finalidade coordenar ações que busquem a racionalização do setor agropastoril. Assim fazendo, estimula o produtor rural e concorre para desenvolver uma atividade vital para a economia do Estado.

Consideramos, portanto, relevante e oportuna a iniciativa de declarar de utilidade pública a instituição aludida.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 937/96 na forma original.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 1996.

Elbe Brandão, relatora.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

197ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 25/10/96

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, amanhã, dia 24 de outubro, o Sr. Presidente da República estará mais uma vez presente no nosso Estado. Participará de solenidades em companhia do Governador Eduardo Azeredo em várias cidades e encerrará sua rápida visita no Norte de Minas, na cidade de Salinas, onde estará inaugurando o asfalto da BR-251, ligando definitivamente a região com a Rio-Bahia.

Sem a menor sombra de dúvida, essa obra representa um passo importante para consolidar o desenvolvimento regional. O grande movimento daquela rodovia vai favorecer enormemente as cidades e interligar outras regiões do Estado, facilitando o transporte pesado do Sudeste para o Nordeste brasileiro.

É bem verdade que tal obra chega com, pelo menos, oito anos de atraso, mas o importante é que vem em boa hora, graças ao esforço dos representantes e ao empenho direto do Governador Eduardo Azeredo. A região reconhece esse esforço, sabe da importância fundamental da obra, mas é necessário que todos nós possamos mostrar ao Presidente da República outros grandes problemas e a enorme carência do Norte de Minas e do alto Jequitinhonha.

Oportunidade melhor do que essa não teremos tão cedo. A presença de tantas autoridades na região, que clama e pede socorro, pode favorecer e constituir uma força de apoio e de reivindicação para o sofrido Norte de Minas. É necessário que tenhamos a oportunidade de chegar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e mostrar a S. Exa. que, ao lado da preocupação política com o processo de reeleição, temos que voltar as nossas vistas para uma região que possui um dos maiores potenciais deste País, mas que encabeça a lista dos excluídos, aumentando o grande bolsão de pobreza do Brasil.

Não queremos ser lembrados e chamar a atenção com caravanas ou com projetos mal elaborados, feitos de última hora, que servem mais aos interesses políticos de uma minoria.

As regiões do Norte de Minas e do alto Jequitinhonha constituem um grande contraste. Numa ponta, existe a pobreza absoluta. A falta de condições básicas está presente em todos os municípios em áreas como saúde, educação e apoio ao homem do campo. Faltam estradas e recursos para que se melhore a qualidade de vida do Norte-mineiro.

De outro lado, temos projetos importantes no setor de aproveitamento hídrico dos rios da região, como o PROMOVALE, para o aproveitamento dos rios Jequitinhonha e Pardo. Temos a perspectiva de construção de uma obra fundamental, não só para o Norte de Minas, mas para o Governo brasileiro, que é a barragem de Irapé.

Como se pode ver, há muito a ser feito naquela região. O desânimo vem por conta de atitudes como a que foi denunciada pelo jornal "Estado de Minas" na edição de hoje: o Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMAMS -, Sr. Manoel Capuchinho, tentou marcar uma audiência com o Presidente da República, ou pelo

menos um contato de poucos minutos, para entregar-lhe farta documentação mostrando com clareza e com dados incontestáveis a situação de emergência e de calamidade por que passa a região. Infelizmente, essa audiência, por determinação do Cerimonial do Presidente, não poderá ser realizada, mesmo acompanhando a comitiva oficial dois Senadores e oito Deputados Federais, além do próprio Governador e de vários Deputados Estaduais. Na pauta, certamente estará o "lobby" da tese da reeleição. As discussões certamente fluirão sem o empecilho dos abnegados e preparados seguranças, e no final tudo será uma grande comemoração.

Queremos apresentar nossa solidariedade ao Prefeito Manoel Capuchinho, Presidente da AMAMS. Certamente juntaremos nossos esforços aos dos Prefeitos Norte-mineiros e, juntos, procuraremos a melhor oportunidade de chegar ao Presidente e entregar-lhe a pauta de reivindicação regional.

Chega de tanta passividade e de esperar a boa-vontade dos governantes. Não somos nem melhores nem piores do que ninguém. Não podemos mais aceitar a exploração e ser colocados como os grandes coitados, os autênticos excluídos das ações político-administrativas dos mandatários do poder, ficando sempre na expectativa da chegada da hora, sem que nada de concreto possa ser efetivado.

A grande luta passa por uma tomada de posição séria e por uma mudança de comportamento de todos nós. Enquanto estivermos preocupados com as próximas eleições, com o processo de bajulação e de apoio deste ou daquele político para as nossas pretensões pessoais, esquecendo de compromissos sérios e inadiáveis, estaremos contribuindo cada vez mais para a exploração e o esquecimento de problemas que degradam a qualidade de vida de milhares de pessoas, como acontece no Norte de Minas.

Queremos que o dia de amanhã seja para o alto Jequitinhonha não apenas um dia de festa, em que as crianças vão ficar nas ruas com as bandeirinhas do Brasil, acenando para o Presidente da República e para as autoridades. Não apenas um momento fugaz, um momento de festa, em que se comemora o asfaltamento de 52 km de estrada que, como já disse, está atrasado há oito anos. Queremos que os outros grandes temas sejam colocados ao lado da pauta, do "lobby", da força de pressão em cima dos parlamentares mineiros com a tese da reeleição. Nossa região, neste momento, clama por uma ajuda necessária, importante e emergencial. Certamente queremos estar ao lado do Presidente da AMAMS, ao lado dos Prefeitos, principalmente dos Prefeitos das cidades recém-emancipadas do Norte de Minas, para ter a oportunidade de entregar essa pauta de reivindicações, que foi feita com muita responsabilidade, com a ajuda de órgãos importantes como a UNIMONTES e a AMAMS e com a ajuda de cada um dos Prefeitos, mostrando que o Norte de Minas não bate mais palmas e não apóia mais apenas essas ações imediatistas. Queremos um plano de governo que possa ser levado àquela região com objetividade, seriedade, competência e, principalmente, com o respaldo de nossas autoridades. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a situação em que se encontra o setor público, no Brasil, é caótica. Estamos vendo municípios com grande atraso no pagamento até dos salários dos servidores e com inadimplência enorme em diferentes áreas. Estamos vendo a situação dos Estados, que convivem com as mesmas dificuldades. Só que, na hora de fazer o diagnóstico, faz-se de forma superficial, o que leva a soluções também superficiais. Sabemos que essas dificuldades pelas quais os municípios passam têm uma causa bem clara. Trata-se dos juros da dívida pública, que estão fazendo com que Estados e municípios paguem juros absurdos, em alguns casos de até 9, 10 ou 11%, para rolar suas dívidas. A situação mais clara é a do Estado de Minas Gerais, com uma dívida de quase R\$12.000.000.000,00, R\$8.000.000.000,00 somente de dívida mobiliária, pagando juros de quase R\$500.000.000,00 por ano. E promove, agora, uma grande reforma, anunciada como a redenção, demitindo 32 mil servidores da área da educação; demitindo 800 servidores de outras áreas; anunciando cortes de cargos e 7.400 demissões pelo PDV. Mas todo esse movimento dará uma economia ao Estado de R\$200.000.000,00 por ano. É muito menos do que se gasta com a dívida pública. É importante dizer a quem interessa essa situação de juros altíssimos. Vai interessar diretamente ao capital internacional, que está tendo lucros altíssimos e absurdos através do mercado de futuros e da financeirização. Na década de 80, as bolsas de valores tiveram um crescimento quatro vezes maior do que o mesmo setor na Europa. Hoje, essas políticas neoliberais, ao elegerem o Estado como grande inimigo e, dentro do Estado, como bode expiatório, os servidores públicos, se mostram ineficientes, camuflando e disfarçando esses interesses internacionais que estão por trás do jogo.

Gostaria de registrar a situação por que passa o Município de Contagem, que está vivendo, em função dos juros da dívida pública, uma situação de caos. Em virtude da greve do setor da limpeza, há uma semana não existe coleta de lixo na cidade. A área da educação também está passando por muitos problemas, porque, em função da greve dos professores - cuja paralisação já atingiu mais de quatro meses durante este ano -, não existe prazo suficiente, até fevereiro de 1997, mesmo sendo utilizados todos os recessos e todos os sábados, para que o calendário letivo de 180 dias seja cumprido.

Em função de um novo atraso no pagamento, amanhã, às 8 horas, no espaço popular, no centro de Contagem, haverá uma assembléia unificada do setor público do município, quando os servidores de todas as áreas irão se aliar à greve dos funcionários dos setores da limpeza e da arrecadação. São 11 mil servidores no município, sendo que alguns não recebem seus salários há quatro meses; aqueles cujos salários são mais baixos estão sem pagamento há 45 dias. A maior parte dos funcionários da área da educação está com seus salários atrasados há 60 dias. A situação é tão grave que os professores não têm como se deslocar de suas casas até o local de serviço, porque não podem pagar a passagem de ônibus.

No entanto, de forma irresponsável, o ex-Prefeito Ademir Lucas contraiu uma enorme dívida para realizar obras, em alguns casos supérfluas para a cidade. Hoje, tais obras consomem 50% da arrecadação de ICMS do município, que ficam retidos no BEMGE para o pagamento dos credores. Gostaria de dizer que não existem grandes problemas relacionados com o funcionalismo público de Contagem, porque somente 42% da arrecadação do município estão comprometidos com o pagamento dos aposentados e dos servidores da ativa.

Portanto, essa situação de caos exige uma resposta. Num primeiro momento, é fundamental que o Governo Federal repense sua política de juros, deixe de ser capacho do capitalismo internacional e resista a essa política de entreguismo do Brasil. Num segundo momento, é necessário que o atual Prefeito não só denuncie a grande dívida contraída pelo ex-Prefeito, que está estrangulando os pagamentos dos funcionários municipais, mas também tome uma medida rápida para sanar tais irregularidades, porque os funcionários não podem ser considerados culpados pela crise, pagando uma conta que não foi feita por eles.

Diante de tantos problemas, estranhamos a conivência do Sr. Governador do Estado com a situação caótica de Contagem. O Governador, por ser do mesmo partido do Prefeito, está se negando a cumprir decisões judiciais, que já determinaram intervenção no município. Tenho em mãos uma decisão judicial, através do Ofício nº 555/96, de 8/4/96, do Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, baseado no art. 90, XV, da Constituição Estadual, de intervenção em Contagem, porque esse município, desde 1968, não paga desapropriações de terrenos à Empresa Belo Horizonte de Imóveis Gerais S.A.

Outro pedido de intervenção foi encaminhado há quatro meses pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Contagem, por dois motivos: o atraso no pagamento e a apropriação indébita dos valores descontados dos servidores para o IPSEMG, que não foram repassados, levando ao caos também o atendimento de saúde dos servidores. Esse pedido de intervenção, também despachado favoravelmente pelo Tribunal de Justiça, ainda não foi cumprido pelo Sr. Governador do Estado, e fica bem claro que a intervenção é necessária para que se paguem as precatórias de desapropriação e os salários dos servidores. Perguntamos se o Governador do Estado adotaria a mesma atitude conivente se o Prefeito não fosse do seu partido ou se não pertencesse à sua base de sustentação aqui na Assembléia. Quero comunicar que semana que vem entrarei, nas comissões competentes desta Casa, com um pedido para processar o Sr. Governador por crime de responsabilidade, pelo não-cumprimento de decisão judicial, por não cumprir a Constituição do Estado. Amanhã, vamos à Assembléia Unificada dos Servidores Públicos de Contagem, a fim de trazê-los para cá para exercerem pressão sobre os Deputados, para que processemos, por crime de responsabilidade, o Governador do Estado. Ele tem que determinar a intervenção no município, pois essa é uma situação de insolvência. O receio dos servidores de Contagem é que, a partir de 1º de janeiro do ano que vem, com sua posse, o Sr. Newton Cardoso da Silva não pague os salários dos servidores, que serão, mais uma vez, responsabilizados por essa crise. Os servidores entendem que só a intervenção no Município de Contagem resolveria o problema da crise e do pagamento de seus salários. Infelizmente, a Prefeitura não tem a mesma atitude com relação a outros fornecedores, nem com empreiteiros ou terceiros na responsabilidade do pagamento de suas dívidas. Queremos que a prioridade seja dos servidores públicos. De fato, em Contagem, há 8 anos, havia 4.700 servidores. Hoje, somam quase 11 mil. E esses servidores reconhecem o inchaço da máquina que os tucanos aplicaram no município. Queremos deixar bem claro que a folha de pagamento consome apenas 42% da arrecadação do município, entre pagamento de aposentados e servidores da ativa. Na próxima semana, promoveremos um debate, com a presença do Sindicato dos Servidores Públicos de Contagem, da Associação dos Professores de Contagem, do Sindicato dos Servidores da Saúde, trazendo para esta Assembléia, palco de deliberações, as pressões para que sejam encontradas soluções para a situação em que vive Contagem. Isso é importante, uma vez que uma decisão judicial tem que ser cumprida pelo Sr. Governador. A decisão é clara e determina, em dois momentos distintos, a intervenção na Prefeitura de Contagem. Em 3 de outubro, assistimos a como um péssimo Governo leva um povo a manifestar seu voto de protesto e de repúdio, votando em quem não vai trazer solução para os problemas de Contagem, pelo contrário, apenas agravará, mais ainda, o setor do funcionalismo e a vinculação e o conluio do

município com as empresas privadas, história que todos conhecemos. Queremos uma decisão antes de 1º de janeiro. Amanhã estaremos, na Assembléia, encaminhando aos servidores do município os procedimentos que aqui adotaremos, com o objetivo de processar o Sr. Governador por crime de responsabilidade, caso não determine a intervenção no Município de Contagem, caso não estanque a crise em que o município se encontra. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros da imprensa, senhores e senhoras visitantes, há aproximadamente um ano, daqui desta tribuna, fiz um pronunciamento sobre o desastre ecológico no rio das Velhas, acontecido na região do Município de Corinto.

Naquela época, toneladas de peixes foram mortos, no mais grave acidente ambiental já ocorrido em Minas Gerais, em todos os tempos.

Exatamente no dia 20 de outubro do ano passado, pedi abertura de inquérito policial para investigar o crime ecológico no rio das Velhas, em consequência da reconhecida falta de coordenação e operacionalidade dos diversos órgãos responsáveis pelo meio ambiente no Estado. Era um caso de polícia.

O próprio Secretário Estadual de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, disse na oportunidade que o inquérito policial era a única medida cabível para apuração de responsabilidades.

Pedi, ainda, a criação de uma comissão especial nesta Casa para acompanhar as investigações, para posterior relato público, apontando as causas e os responsáveis pela "morte" do rio das Velhas. Mas, infelizmente, não fui ouvido.

Sras. e Srs. Deputados, a defesa do meio ambiente e de vidas é também responsabilidade desta Casa. Ela não pode ser omissa. Afinal, fomos eleitos por pessoas, e bem vivas.

Pasmem, senhoras e senhores! Até hoje não se tem nada. Nenhuma notícia sobre as causas e os responsáveis. Fazendeiros da região de Corinto disseram na imprensa que a Fundação Estadual do Meio Ambiente e o IBAMA só chegaram ao local do incidente uma semana depois. Segundo técnicos da FEAM, uma das prováveis causas da mortandade de peixes é a descarga de detritos tóxicos industriais e de esgoto residencial depositados às margens do rio das Velhas. Com as primeiras chuvas que caem neste período na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os resíduos tóxicos são removidos e levados pela cheia do rio.

Estou aqui, nesta tribuna, para fazer um alerta a todos os órgãos envolvidos na defesa do meio ambiente, ao Governador Eduardo Azeredo e aos Prefeitos das cidades banhadas pelo rio das Velhas: as chuvas estão chegando. O rio Arrudas é um dos principais poluidores do rio das Velhas. Aproveito a "Semana da Água", evento realizado aqui em Belo Horizonte, no qual se está discutindo a qualidade, a preservação e a salvação dos nossos mananciais, para garantir o fornecimento de água potável à população.

Ainda ontem, estive em meu gabinete o Sr. Olinto Vieira Machado, fazendeiro em Corinto, que denunciou a mortandade de peixe no rio das Velhas. Ele veio me pedir, preocupado, para mobilizar a opinião pública e a imprensa para o perigo da repetição de nova mortandade de peixes no rio das Velhas e no rio São Francisco.

O Sr. Olinto Vieira questiona a validade do investimento feito nas obras do Arrudas, inclusive com a construção de uma estação de tratamento de esgoto, se, depois de General Carneiro, em Sabará, e em Capitão Eduardo, as agressões químicas provocadas pelo esgoto industrial ainda continuarem?

Ele acredita que as enchentes levaram veneno das fábricas e indústrias da Grande Beagá. O Sr. Olinto, ex-Diretor da Cooperativa dos Produtores de Leite Corinto, que agrega aproximadamente 20 municípios, revelou-me que a preocupação dos produtores é com a qualidade do leite na região e que, com a poluição do rio, pode haver contaminação com sal de arsênico e chumbo. A sua preocupação e a minha também é a da contaminação indireta das pessoas, o que viria provocar doenças em médio e em longo prazos nas populações ribeirinhas. O Sr. Olinto disse-me que o gado não toma mais água do rio nesses períodos de poluição.

Isso é uma prova do alto índice de contaminação da água do rio das Velhas.

Mais uma vez, peço a esta Casa, aos órgãos responsáveis pela defesa do meio ambiente, aos Governos Estadual e municipais que ajam efetivamente para acabar de vez com esse jogo de empurra e, realmente, salvem nossos rios, nossas matas e florestas, enfim, para que seja dada uma melhor qualidade de vida a todos os mineiros.

Portanto, peço ação, principalmente, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente para se evitar a tragédia ecológica acontecida no ano passado no rio das Velhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, estou aqui - repito - lendo um pronunciamento desta tribuna e pedindo a responsabilidade do Governo do Estado. Sem dúvida nenhuma, se tivermos neste ano a mesma mortandade no rio das Velhas, entrarei com uma acusação-crime na Procuradoria, na Delegacia, contra o Governador Eduardo Azeredo, porque a gente avisa, fala, mas não é ouvido. O caso é sério, Srs. Deputados.

Também desta tribuna, fiz um apelo ao Prefeito de Belo Horizonte Patrus Ananias,

para que mandasse, com urgência, desentupir os bueiros em Belo Horizonte. Sou Deputado votado aqui. Por isso, conheço os problemas e por isso estou pedindo um trabalho preventivo. As chuvas estão chegando, irão cair, e veremos ruas e bairros da cidade se alagarem, causando prejuízo para a população.

Há quatro anos, a administração do PT, do Sr. Prefeito Patrus Ananias, do Sr. Vice-Prefeito Célio de Castro, disse que tiraria os meninos das ruas e acabaria com os crimes. Estamos esperando por isso. O Sr. Célio de Castro disse que não teve condições de tirar os meninos das ruas. A segurança em Belo Horizonte está ruim, porque os meninos que o Célio de Castro não tirou das ruas há quatro anos, hoje, são marmanjos. Vemos por aí menino de rua barbado, por exemplo, do tamanho do Deputado Durval Ângelo; menino de rua que o PT e o Vice-Prefeito Célio de Castro chamam de "coitadinho" e que, hoje, está assaltando, matando e acabando com a família belo-horizontina.

Quando falo isso é porque conheço a política daqui. Com o máximo prazer, concedo aparte ao Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Antes de mais nada, gostaria de elogiá-lo. Os grandes temas que interessam à população devem ter o debate devido. Isso é muito louvável.

Quero elogiá-lo, ainda, porque há pouco anunciei que vamos entrar com um processo, por crime de responsabilidade, contra o Governador, por não cumprir a decisão judicial de intervir em Contagem. V. Exa. também adotará o mesmo procedimento na questão do crime ecológico e pela incompetência e ineficiência dos órgãos do Governo para responder a isso.

Entretanto, mesmo concordando com as questões anteriores, quanto à terceira, quero dizer que o problema do menor de rua não é tão simples assim. Se existem crianças e adolescentes abandonados, é porque existe o maior abandonado. Temos uma grande crise de desemprego. O partido coirmão ao qual V. Exa. pertence é um dos mais rigorosos na crítica das políticas neoliberais que estão gerando todos esses problemas. Se existisse uma solução mágica para o problema, o então Prefeito Eduardo Azeredo tê-lo-ia resolvido, não teria deixado esse problema para o mandato do atual Prefeito Patrus Ananias.

Acho que se torna necessária uma reorientação da atual política mundial, que produz a exclusão, a miséria e a fome. Não há responsabilidade nem convivência do nosso Prefeito de passar a mão na cabeça de ninguém. O problema do menor infrator está na Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente, que V. Exa. conhece. Eles são de responsabilidade do Governo do Estado. O que o Estatuto garante aos municípios é a responsabilidade pela criança e pelo adolescente em situação de risco. Mas o infrator é responsabilidade do Governo. Existe, também, a questão do aparelhamento da polícia, a questão da política na SAREM, que já discutimos aqui.

Gostaria de deixar claro que a questão da criança e do adolescente infrator não é de responsabilidade do município.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Completando, Sr. Presidente, fico muito feliz porque foi por iniciativa minha que começamos a ter debates nesta Casa. Antigamente, quando um Deputado ocupava a tribuna, todo o mundo dormia no Plenário. Agora não. Temos condições de ter a participação de todos.

Respondendo ao Deputado Durval Ângelo, acho que, realmente, eles são responsabilidade de todos nós. Mas responsabilidade maior tem o Vice-Prefeito Célio de Castro, que, na campanha eleitoral, na televisão, prometeu tirar os menores da rua em seis meses. Mentia, naquela época, o candidato a Prefeito de Belo Horizonte e, hoje, numa campanha municipal, continua falando a mesma coisa.

Quanto ao problema de Contagem, nobre Deputado, sabemos daquela situação, assim como V. Exa., que foi Vereador à Câmara Municipal daquela cidade, que recebeu mais do que deveria e que, agora, terá de devolver o dinheiro. Não há dúvidas de que sabemos como era a Câmara Municipal de Contagem.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Nobre Deputado Alencar da Silveira Júnior, quero apartear-lo apenas para fazer uma afirmação: o problema do menor abandonado, sem dúvida, é um problema muito grande em nossa cidade e precisa ser resolvido. Ele tem sido usado politicamente, demagogicamente, por diversos políticos inescrupulosos.

O que acontece, Sr. Deputado, já está escrito: "Sem Mim nada podeis fazer". Sem Deus, o homem não consegue resolver absolutamente nada. O que me causa temor e faz toda a cidade de Belo Horizonte tremer é o fato de estarmos parados há diversos anos. Estamos só com filosofias, filosofias e filosofias. Enquanto isso, a cidade apresenta um trânsito engarrafado. E não há solução para absolutamente nada. O Rio de Janeiro já tem a "Linha Vermelha"; São Paulo está cheia de ruas, viadutos, alargamento de pistas, e Belo Horizonte está totalmente parada. É preciso que nossa cidade tenha progresso ou, então, teremos que estabelecer outra Capital, pois Belo Horizonte ficará inabitável se continuar apenas filosofando, sem nenhuma realização.

O Deputado Paulo Piau - Srs. Deputados...

O Deputado Anderson Adauto - Nobre Deputado Paulo Piau, antes de iniciar suas

palavras, o senhor me permitiria apresentar algumas considerações ao Deputado que o antecedeu?

O Deputado Paulo Piau - Perfeitamente.

O Deputado Anderson Aduato (Em aparte)* - Gostaria de chamar a atenção dos companheiros para alguns fatos. Acredito que não valha a pena entrar nos detalhes do que foi dito pelo Deputado que ocupou a tribuna anteriormente, exatamente porque ele procurou simplificar muito a questão do menor abandonado, colocando a culpa em alguém que, como sabemos, nada tem a ver com o processo. Há, entre o Prefeito e o seu vice, uma linha invisível, e não sabemos definir o lugar de cada um. Certamente, a responsabilidade maior na condução de todos os problemas de uma cidade, sejam sociais ou não, cabe, em primeiro lugar, ao Prefeito. Portanto, acredito que não cabe ao Vice-Prefeito, candidato a Prefeito atualmente, a crítica feita.

Mas eu gostaria de dizer algo, acho que vale a pena, para que, de hoje até o dia 15 de novembro, as coisas fiquem claras aqui dentro da Assembléia: é que o nobre Presidente, Deputado Agostinho Patrús, e o nobre Líder do Governo, Deputado Romeu Queiroz, não mudaram em nada os seus métodos. Eu me lembro, na legislatura passada, quando eles queriam cutucar e açoiar o PT, eles encontraram um Deputado aqui na Casa, o qual, infelizmente, é da minha cidade: o Deputado João Batista Rodrigues. Eles usavam o Deputado João Batista Rodrigues para falar aquilo que eles não tinham coragem de ir à tribuna dizer. Infelizmente, não modificaram em nada o seu comportamento aqui nesta Casa. Se são os coordenadores da campanha de nosso adversário Célio de Castro, em Belo Horizonte, que venham à tribuna, e não fiquem... (**). Na época, conheço a história do Deputado João Batista Rodrigues, ... (**). Então, eu gostaria que... Já se passaram quatro anos, tanta coisa mudou neste País. A Mesa, a Presidência da Casa e a Liderança do Governo podiam aprimorar um pouco mais seus métodos, e não usar terceiros para dar os recados que gostariam que fossem dados da tribuna desta Casa. A tribuna, pela sua história, pelas pessoas que a utilizaram, merecia um pouco mais de respeito.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Deputado Paulo Piau, a Presidência gostaria de utilizar também este momento para comunicar ao Plenário que fará retirar do pronunciamento do Deputado Anderson Aduato expressão que entende ser ofensiva a todos os Deputados. S. Exa., infelizmente, não se encontra no Plenário, como usualmente faz - utiliza o microfone e se retira. A Presidência quer protestar e fará retirar das notas taquigráficas e dos anais da Casa a expressão do Deputado Anderson Aduato. S. Exa. se excede, e, portanto, a Presidência solicitará também ao Corregedor da Casa que faça uma análise sobre esse procedimento, porque isso vem denegrir a imagem da Casa, a imagem dos 77 Deputados e, especialmente, a imagem do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que não merece esse tratamento por parte do Deputado Anderson Aduato.

O Deputado Paulo Piau - No período de 8 a 11/10/96, Minas Gerais mostrou o seu brilho no Chile, Nação amiga que se integrou recentemente ao MERCOSUL.

Comandada pelo Governador Eduardo Azeredo, seguiu para o Chile uma comitiva oficial composta por Secretários de Estado e Assessores, a qual cumpriu uma apertada agenda de trabalho junto ao mundo oficial chileno. Comandado pelo Presidente do SEBRAE de Minas, Dr. Gilman Viana Rodrigues, um grupo de 150 empresários, sobretudo pequenos e médios, foram negociar com os empresários chilenos na tradicional roda de negócios.

Alguns resultados expressivos puderam ser evidenciados nesta missão, quais sejam:

1. O respaldo de credibilidade que a missão governamental ofereceu à missão empresarial e vice-versa. Enquanto a comitiva governamental cumpria agenda oficial, comentava-se sobre os negócios que estavam sendo realizados de fato. Por outro lado, entre os empresários chilenos e os brasileiros, na mesa de negociação, era citada a presença do Governador e sua comitiva à procura de maior entrosamento.

2. Enquanto Minas Gerais e o Chile realizam negócios da ordem de U\$70.000.000,00 por ano, em apenas um dia e meio de roda de negócios foram efetivados U\$47.000.000,00 envolvendo café, autopeças, confecções, calçados, cobre, frutas, máquinas e equipamentos diversos, etc... Sem dúvida, tal negociação significa apenas um início de relacionamento comercial entre o Chile e o Estado de Minas Gerais.

3. O interesse manifesto de um entrosamento cada vez mais efetivo entre o Chile e Minas Gerais.

4. A identidade de propósitos e a complementaridade das duas economias, com pequenos pontos de conflito ou de competição.

5. A possibilidade real de o capital chileno ser investido em negócios no Brasil.

Há que se ressaltar a competência do Governador Eduardo Azeredo, demonstrada no comando da missão oficial, sendo até mesmo recebido pelo Presidente chileno, Eduardo Frei, assim como a condução competente dos pequenos e médios empresários pelo Presidente do SEBRAE de Minas, Gilman Viana Rodrigues, pessoa de nossa admiração e de nosso respeito.

Outro aspecto importante a ressaltar é a situação privilegiada da Nação chilena.

Trata-se de um povo bem educado, de cultura superior à dos outros povos da América Latina. Aprenderam na prática o que é a abertura econômica internacional, acima de qualquer outro país da região, sabem valorizar o setor produtivo e investiram com determinação no conhecimento do mercado internacional; na integração com o MERCOSUL, sem dúvida, vender serviços para os países aliados.

Por outro lado, Minas Gerais, mais que o Brasil, busca ganhar competência através do entrosamento efetivo entre o Governo e a sociedade civil. As câmaras setoriais, tão bem conduzidas pelo Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia e com a presença constante do Governo e dos empresários, representa um fórum de diálogo e de busca de solução para problemas comuns. Temos esperança de que Minas deixe a retórica do diagnóstico e passe para a fase de tomada de decisões que levem a um desenvolvimento harmônico e acelerado dos mineiros. Como fizeram os chilenos.

Dentro do meu tempo ainda, concedo aparte ao Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - É muito importante esse enfoque da questão dos novos parceiros que o Brasil está estabelecendo em nível de MERCOSUL, e elogio o colega por essa intervenção, mas gostaria de esclarecer algumas questões da intervenção do Sr. Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Concordo com o Deputado Anderson Aduino no sentido de que o Governo, no desespero de uma candidatura que já despenca abaixo de 20%, planta alguns Deputados para, sistematicamente, fazerem intervenções, denunciando, criticando alguma questão do candidato Célio de Castro. E o que é interessante é que não são colocadas pessoas competentes e preparadas para fazer essas intervenções. Alguns confundem-se e pensam que estão sentados, talvez, em alguma catraca de ônibus, falando; ou no rio, fazendo algum serviço; ou numa banca de jogo do bicho. Então, confundem-se, e vemos algumas intervenções despreparadas.

E lanço um desafio: que o próprio Líder do Governo venha aqui defender ou, se quiser, fazer ataque ao PT ou a algum partido que apóie a candidatura de Célio de Castro. Ou, quem sabe ainda, para fazer um debate positivo a fim de vermos o que propõe o Sr. Amílcar Martins para Belo Horizonte.

Gostaria de dizer que o nobre colega esquece que, durante dois anos, foi Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte e usava o mesmo expediente da Câmara de Contagem, que era o de pagar por declaração de Deputados. E quem dava declaração na Câmara de Belo Horizonte era o Deputado José Maria Pinto. Era público e notório que havia sempre uma "ajuda-paletó" que os Vereadores de Belo Horizonte davam a esse Deputado por suas declarações. Expediente esse que o Deputado Gilmar Machado, que fornecia declarações para a Câmara Municipal de Contagem, nunca usou. E o Presidente da Câmara era o Sr. Alencar.

E quero dizer mais: o mesmo Tribunal de Contas que decidiu pela devolução de Contagem está, com relação aos dois primeiros anos em que o Sr. Alencar foi Vereador em Belo Horizonte, processando pelo mesmo motivo, por usar declaração paralela. E ele era o Presidente. Eu não era da Mesa da Câmara de Contagem, não decidia sobre pagamento. E, no caso de Belo Horizonte, era o contrário. Ele era o Presidente, era o ordenador das despesas da Câmara. Isso é lamentável. Queremos que os debates tenham a grandeza das pessoas. Se não for possível a grandeza física, pelo menos a espiritual.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (Em aparte) - Parabenizo S. Exa. pelo pronunciamento e deixo claro, com relação às palavras do Deputado Anderson Aduino, que isso pode até ter acontecido, mas ele também fazia esse trabalho quando colocava sua fala a serviço do Governo Newton Cardoso. Quando o colega Durval Ângelo diz que o Tribunal de Contas está também investigando as contas da Câmara Municipal, deixo claro que o Deputado está faltando com a verdade. Nos dois anos em que estivemos à frente do Legislativo Municipal de Belo Horizonte, isso não aconteceu. As contas foram aprovadas, e tudo estava certo. Pode até ter acontecido no passado, não na época em que estávamos à frente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que se pauta sempre por receber a declaração oficial da Mesa da Assembléia Legislativa. Totalmente diferente do que acontece em Contagem.

Quando subo à tribuna e coloco um problema de Belo Horizonte é porque faço política em Belo Horizonte e conheço seus problemas. Não é preciso o Presidente Agostinho Patrús ou o Deputado Romeu Queiroz pedirem para eu dizer isto ou aquilo; eu digo o que estou sentindo hoje: o povo belo-horizontino foi ludibriado, o povo belo-horizontino acreditou numa mentira de campanha. Se quiserem, trarei as fitas daquela época em que o Sr. Célio de Castro, na televisão, dizia que tiraria os menores das ruas em seis meses. Ele mentia naquela época.

Quero deixar claro aos Deputados desta Casa que, quando falo dos problemas de Belo Horizonte, conheço a política de Belo Horizonte, conheço a vida do belo-horizontino. Sou o 12º Deputado mais votado em Belo Horizonte e me preocupo com a cidade porque aqui também vivo.

Vamos fazer, sim, nobre Deputado Durval Ângelo, um debate; vamos mostrar a administração do PT, o que foi feito nestes quatro anos de administração. Belo Horizonte precisa de obras no sistema viário; Belo Horizonte está intransitável; Belo

Horizonte tem marmanjos nas ruas, porque os menores que Célio de Castro prometeu tirar das ruas não foram tirados.

Vemos, hoje, mais uma vez, o povo belo-horizontino sendo enganado com promessas falsas. O candidato Sr. Célio de Castro já teve oportunidade de fazer, porque participou da administração Patrus Ananias. Se há solução hoje, por que não houve há quatro anos? Por que não houve solução no período em que participou da administração? Por que a promessa vem agora? É isso que quero deixar claro.

Quanto às palavras do Deputado Anderson Aduato, posso dizer apenas que fico surpreso de ver isso aqui, hoje. Essa deve ser a prática que ele usava no tempo de Newton Cardoso. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

** - Palavras expungidas por determinação do Sr. Presidente.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, presentes nas galerias, senhores representantes da imprensa, sei que tenho apenas 3 minutos, mas queria fazer um convite aos ilustres Deputados e Deputadas para participarem, na próxima quinta-feira, de um debate na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e de Defesa Social. O Deputado Alencar da Silveira Júnior está sempre preocupado com os problemas de Belo Horizonte, com a violência. Quero, então, convidá-lo para participar desse evento. Queremos debater o orçamento do Estado referente à área de segurança.

Fizemos um requerimento que foi acolhido pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que é presidida pelo Deputado João Leite, e estaremos debatendo a situação da violência que assola Belo Horizonte, em virtude do narcotráfico que hoje começa a ocupar e ganhar dimensões cada vez maiores aqui na Capital, por falta de equipamentos para a polícia e de melhores condições de fiscalização. Não há uma política definida para essa questão. Falo isso porque minha cidade, Uberlândia, é vítima e rota de traficantes. Só para vocês terem uma idéia, nesse último mês foram apreendidos mais de 2,5kg de cocaína e mais de 20kg de maconha, o que demonstra um aumento muito grande. Os traficantes ficam cada vez mais ousados. O uso do "crack" tem aumentado o número de mortes e a violência que os viciados praticam.

Para resolvermos esse problema, precisamos ter seriedade. Não adianta ficarmos aqui com demagogia, com disputa de campanha, porque isso não vai mais enganar a população de Belo Horizonte, que é extremamente esclarecida para saber diferenciar uma proposta objetiva e concreta de questões eleitoreiras.

Fizemos o requerimento e o apresentamos. Quero parabenizar os Deputados da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e da Comissão de Defesa Social, que aceitaram promover esse debate em audiências públicas, para que a população de Belo Horizonte, o representante das associações de moradores, o Comandante da Polícia Militar e o Secretário da Segurança Pública participem e, possamos, num debate sério, fraterno e franco, enfrentar essa questão, juntamente com o orçamento do Estado. Não adianta nada ficarmos aqui falando isso ou aquilo se depois não vamos ter dinheiro para executar as propostas. Queremos aqui, nobre Deputado Alencar da Silveira Júnior, convidá-lo, já que V. Exa. tem tanta preocupação com Belo Horizonte, a participar desse importante debate, porque é desse jeito que vamos resolver os problemas. É preciso discutir, falar, mas é preciso ter ações objetivas e concretas. Queremos convidá-lo para uma ação objetiva e concreta e convidar também todos os Deputados a participar da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que vem fazendo um grande trabalho, exatamente à procura da tranquilidade de todos os cidadãos. Isso vem fazendo com que a Assembléia participe e ajude a solucionar os graves problemas que hoje atingem os direitos individuais dos cidadãos.

Vamos aproveitar este momento de debate do orçamento do Estado para que possamos fazer um debate profundo sobre a situação financeira deste Estado e, acima de tudo, sobre a situação dos nossos servidores, que hoje passam por momentos extremamente delicados. Ontem, ouvimos, aqui, uma fala precisa do Deputado Paulo Schettino, que falava da situação difícil pela qual passa a Polícia Civil do nosso Estado. Não só os servidores da Polícia Civil, mas todos os servidores do Estado vivem um momento de angústia, quando vêem no orçamento uma proposta de reajuste zero. É preocupante, e precisamos dar respostas a isso. Isso aumenta a intranquilidade, não só dos servidores, mas também do conjunto da população, quando vemos diminuídos os recursos para investimentos. Vamos aproveitar esse momento importante, quando temos, em mãos, a peça do orçamento que vai definir o que será possível e o que não será possível ser feito no próximo ano, para que possamos fazer um debate importante, um debate onde todos possam colocar suas idéias, a fim de que os poucos recursos do Estado possam ser bem aplicados naquelas questões essenciais e fundamentais. Concedo um aparte ao ilustre Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Acho importante essa discussão, mas gostaria de deixar claro aqui o que aconteceu neste Governo do Prefeito Patrus Ananias. Nobre Deputado, fiz uma visita à Prefeitura e consegui uma verba de R\$60.000,00 para

construir um centro de convivência na Vila Pinho. Faltava o terreno. O terreno existe e é da Prefeitura. O Prefeito Ananias me recebeu muito bem e mandou analisar a situação. A Administração Regional do Barreiro não cedeu o terreno. Tivemos que comprar uma casa simples para ser uma sede. Ao invés de termos um centro de convivência, construído com o dinheiro do Estado e da Prefeitura de Belo Horizonte, tivemos que comprar uma sede para uma associação comunitária. É muito difícil, nobre Deputado Gilmar Machado, quando tentamos ajudar. Infelizmente, o PT, pelo fato de este ano ser um ano eleitoral, não nos dá condições. O Prefeito Patrus Ananias não cedeu o terreno. O que tenho feito em Belo Horizonte, e repito mais uma vez, por ser votado aqui e por reconhecer os votos que tive, estou fazendo através de associações de bairro, porque não tive nenhuma abertura da Prefeitura Municipal do PT, porque entendo que o Patrus pode ser até bem intencionado, mas sua equipe é confusa.

Deixei na Câmara Municipal uma proposta de publicidade em táxi a fim de que os taxistas pudessem ter uma renda a mais. Isso era para ser implantado há dois anos. Sabem o que aconteceu? Não foi implantado porque a BHTRANS queria o dinheiro para seus cofres.

Tentar fazer e ajudar Belo Horizonte estou tentando e estou ajudando com as associações. Agora, discutir o orçamento do Estado quero sim. Quero ajudar Belo Horizonte, mas, em contrapartida, precisamos ter uma abertura. Temos que esquecer a política, porque a política passa. O nosso cargo passa. O cargo do Prefeito passa. Belo Horizonte é grande e vai continuar, porque é uma cidade forte.

Nobre Deputado Gilmar Machado e todos os seus companheiros de bancada, estou tentando fazer alguma coisa por Belo Horizonte. Tentei, várias vezes, fazer uma parceria com a Prefeitura, mas, infelizmente, não tive as portas da Prefeitura abertas. Lembro ainda que o Prefeito Patrus Ananias foi vereador na mesma época em que eu, e é uma pessoa bem intencionada, mas, infelizmente, as reuniões que são feitas pela administração, pelos funcionários do PT que vêm de todas as partes do Brasil para ajudar a somar em Belo Horizonte, criam, com certeza, dificuldades. Mas o Deputado pode contar comigo, que estarei brigando por Belo Horizonte também na questão do orçamento do Estado.

O Deputado Gilmar Machado - Para concluir, quero colocar que nós, em Belo Horizonte - e falo nós, porque Patrus Ananias representa o PT aqui -, tivemos uma administração que não vou dizer que é de 100%, porque não há pessoas perfeitas. Cometemos equívocos, aceitamos as críticas e aprendemos com elas, mas em Belo Horizonte avançamos na questão do orçamento. Aqui, as associações é que definem o orçamento. Acabou aquela história dos donos, de pessoas que mandam. Em Belo Horizonte, agora, é diferente, Deputado Alencar da Silveira Júnior, as questões são discutidas com os moradores para se descobrir o que realmente interessa a eles e não ao parlamentar. E essa mudança preocupou algumas pessoas que pegavam dinheiro do Estado para fazer política para si. A Prefeitura de Belo Horizonte mudou nesse sentido. E é exatamente por isso que o povo está com Célio, porque o orçamento participativo vai continuar, garantindo que as pessoas participem e não permitindo que os políticos aproveitem para pegar dinheiro do Estado para dizer que foram eles que fizeram as coisas. O povo agora define o que é mais importante. Não é mais o político, do seu gabinete, que vai definir se vai fazer alguma coisa em determinado bairro. Essa foi a grande mudança de Belo Horizonte - que está acontecendo em vários lugares do País -, e é por isso que o povo quer as nossas administrações.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (Em aparte) - Tenho a certeza de que a administração foi belíssima, mas, no entanto, estamos vendo, hoje, no 2º turno, em Belo Horizonte, não o candidato em quem votei, que foi Virgílio Guimarães. Estamos vendo que, infelizmente, o PT não consegue fazer o seu sucessor. Sem dúvida, eu gostaria que houvesse uma continuidade da administração petista, com Virgílio Guimarães, mas a população não entendeu isso.

O Deputado Gilmar Machado - Concedo o aparte.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Gostaria de entender uma coisa. Temos conhecimento de que o PDT, do qual o nobre Deputado faz parte, tem, em nível federal, uma política de combate ao neoliberalismo e às reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. Também em nível estadual, o PDT já tomou uma posição, que é a de apoio à continuidade da administração de Patrus, através do Vice-Prefeito Célio de Castro. Entendo, como alguém que defende a democracia, e para defendê-la um dos primeiros pontos é o fortalecimento das instituições, inclusive as partidárias, que o nobre colega, cumprindo decisão partidária, devia estar aqui destacando essa decisão, com o voto em Célio e a continuidade, e não dizendo o contrário, sendo o porta-voz do Palácio da Liberdade.

O Deputado Gilmar Machado - Reforçando as minhas palavras, na próxima quinta-feira, teremos esses debates na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e na de Defesa Social, para que possamos discutir o orçamento do Estado referente à área de segurança, que é uma coisa que preocupa não só a Belo Horizonte, mas ao conjunto do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Gilmar Machado - Concedo o aparte ao Deputado Marcos Helênio.

O Deputado Marcos Helênio (Em aparte) - Sr. Deputado, demais Deputados que aqui estão, há intervenções que nos deixam realmente numa situação ridícula na Casa. Pessoas que aqui chegam às vezes fazem um discurso sério, e nós temos que aplaudir. Mas outros não. E, lamentavelmente, um Deputado disse que Belo Horizonte vai ter que começar tudo de novo, em sua administração. E essa avaliação não foi feita pelo Deputado Alencar da Silveira Júnior, mas pelo Deputado Raul Lima Neto. Ora, Deputado, uma administração que teve mais de 80% de aprovação! É uma situação que fica como um deboche. O Deputado perde a credibilidade e teria que trabalhar dentro de uma seriedade...

Agora, o assistencialismo, esse atendimento clientelista acabou. Hoje, o que tem que ser definido são as questões prioritárias. Por exemplo, o Mineirão colocou grades sem consultar ninguém e, agora, vai tirar. Quem vai pagar por isso? Teria que ser pago por quem colocou. É isso que tem que acabar; é preciso fazer o que a população decidir, o que é prioritário, e não aquilo que está na cabeça do administrador, por uma questão de vaidade.

O Deputado Gilmar Machado - Agradeço ao nobre Presidente a gentileza do tempo concedido, para que pudéssemos fazer nossa intervenção. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o discurso neoliberal que impera no mundo é a tese do Estado mínimo, de acordo com a qual o Estado é ineficiente para gerir qualquer tipo de negócio, principalmente na área produtiva. Daí a grande palavra de ordem que promoverá a mágica em todo o sistema econômico ser a privatização. Só que é um discurso que não se sustenta em suas considerações mínimas. Inicialmente, vemos as contradições, na própria política de privatização na Argentina, onde se vende uma empresa estatal, a Aerolíneas Argentinas, à Iberia, empresa estatal espanhola. Também em nível de qualidade do serviço, privatizou-se o sistema de telefonia na Argentina; já no segundo ano de privatização, em função das tarifas altíssimas, verifica-se 40% de inadimplência no sistema telefônico argentino. Então, perguntamos se é, essa, uma receita neoliberal requeitada, que querem implementar no Brasil. Discute-se, em Minas Gerais, a privatização da GASMIG, uma empresa lucrativa, com menos de 50 servidores. Só que a privatização feita no Brasil, com moedas podres, não gerou dinheiro novo para fazer frente ao grande discurso de investimento em áreas sociais.

Outra questão é uma reflexão sobre o que é setor estratégico. O setor de distribuição de gás, tanto para as empresas quanto para o sistema residencial, que seria o futuro da GASMIG, é uma área estratégica; daí, a intervenção do Estado. Daqui a pouco também estaremos à mercê de cartéis determinando e ditando os rumos da economia, colocando em risco a própria questão de um regime democrático, da autonomia e da independência de um país. Somos contra a forma com que o Governador do Estado, como primeiro aluno na sala de espera do neoliberalismo do Sr. FHC, vem implementando o sistema em Minas Gerais. Por isso somos contra a privatização da GASMIG. Porém, o mais grave, além da questão de princípios sobre o sistema neoliberal, é o fato de o Governador ter vetado exatamente o que tinha sido acordado entre o Líder do Governo, Deputado Romeu Queiroz, e a Liderança da Oposição, representada por nós, no final de junho ou início de julho deste ano, quando tínhamos concordado em suspender a obstrução, na perspectiva de que duas emendas fossem acrescentadas ao projeto: a primeira, que mantinha o controle acionário da CEMIG e da GASMIG, entendendo que a política do Estado, dessa forma, poderia ser feita e continuar sendo aplicada. E ao se determinar, também, preço de tarifas, prioridades no serviço, o Estado teria um poder de barganha, de influência e de determinação na ação da GASMIG. A outra emenda permitia aos servidores da GASMIG participarem da compra de suas ações, processo este usado em todas as privatizações no Brasil e até em outros países.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, essas duas emendas não foram cumpridas. O Sr. Governador - e acreditamos que o Líder do Governo fale em nome dele -, não respeitou o acordo. Por isso, repudiamos o veto, pois que segurança teremos, daqui para frente, de que outros acordos de lideranças sejam mantidos? Que segurança teremos em confiar nas palavras dos Deputados? Acho, assim, que a rejeição do veto tem que ser, além de um princípio filosófico da balela do discurso neoliberal da privatização, reafirmação de um acordo de lideranças feito nesta Casa, para dar a segurança de que podemos confiar em palavras empenhadas, em acordos firmados. Todos se lembram de que, se não fosse esse acordo aqui celebrado, dobraríamos todo o mês de junho segurando o processo de votação, em função de insatisfações com a não-liberação de verbas do PADEM e, também, com o processo eleitoral que exigia a presença de muitos Deputados em suas bases eleitorais. Assim, não haveria "quorum" para votação. Queremos, sim, que haja respeito e compromisso com esse acordo firmado. Vamos não só votar contra, mas estaremos aqui encaminhando esse processo de obstrução, na defesa daquilo que é patrimônio do Estado.

Podemos ilustrar essa situação com aquele poema que diz mais ou menos assim: "Na primeira noite, entram em nosso jardim e colhem uma flor, e não dizemos nada. Na

segunda noite, já não se escondem; pisam no canteiro e roubam outras tantas e não falamos nada. Na terceira noite, roubam a voz da nossa garganta". Acho que a GASMIG é uma porta para a privatização do BEMGE; é uma porta aberta para a vergonhosa privatização da CEMIG, empresa da qual o Governo já vai alienando ações. Aí, vamos ver, dentro de 10 ou 15 anos, que estaremos em campo político, levantando o Estado destruído, em frangalhos, como aconteceu no caso das privatizações das rodovias no México, no sistema de telefonia na Argentina e no sistema bancário no Chile. O rastro dessa política neoliberal de privatização é o enfraquecimento dos estados nacionais, é a fome, a miséria e, cada vez mais, as crianças abandonadas pela rua; desemprego e atraso, porque nenhum país do mundo fez uma política de desenvolvimento que fosse restritiva ao fortalecimento de sua economia nacional e ao fortalecimento do Estado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, demais pessoas presentes, estamos encaminhando contrariamente ao veto do Governador do Estado, porque, no tocante à questão da GASMIG, existem vários estudos que mostram que a empresa é das mais rentáveis. É a concessão de um produto estratégico e tem mercados internacional e nacional excepcionais. Não estamos entendendo exatamente como se está dando essa privatização. Não somos contrários a certas privatizações, como as de concessões de rodovias, às quais votamos favoravelmente, por entender que o Estado tem sido incompetente na manutenção, conservação e segurança das rodovias. Entretanto, em nível nacional, por exemplo, no que se refere à questão da Vale do Rio do Doce, é fundamental que se aprofunde um debate, até por transparência, quando se descobre mais uma mina de ouro, cujo potencial a ser explorado não se sabe ainda, porque não sabemos exatamente o que há no subsolo.

No caso da GASMIG, entendemos que os dados que nos chegaram mostram que se trata de uma empresa extremamente enxuta, eficaz, eficiente, altamente lucrativa e que não tem, praticamente, nenhum funcionário. É uma subsidiária da CEMIG; é uma concessão. Em virtude dos estudos que chegaram ao nosso conhecimento, ficamos preocupados e devemos ter mais responsabilidade. Esse estudo revela que o dinheiro que, possivelmente, seria arrecadado e tem sido arrecadado o é em valores inferiores ao que era previsto pelo mercado. Normalmente, é em valores bem abaixo de preço de mercado que ocorrem essas privatizações. Geralmente, esse dinheiro não tem sido reinvestido em áreas de ação social. O que há é, sempre, a perspectiva de que se vai negociar para se investir mais na área social. Na prática, isso não ocorre.

Fazendo um paralelo, as pessoas que defendem a privatização da Vale do Rio Doce esquecem que 7% do lucro líquido dessa empresa, nas áreas de sua atuação, são aplicados em investimentos sociais. Evidentemente, uma empresa privada não vai ter a preocupação de aplicar em lazer, em educação e em saneamento básico nas regiões de sua atuação. Isso não faz parte de uma política que visa, fundamentalmente, ao lucro. Entendemos que os setores que estão indo bem não devem ser transferidos a preço vil. Portanto, quanto à questão da GASMIG, temos alguns dados que mostram que o gás natural ocupa lugar de destaque entre os recursos energéticos mais consumidos no mundo, suprimindo cerca de 20% do consumo mundial.

(- Lê:) "No Brasil, apesar de a participação do gás natural na matriz energética ser ainda pequena (2,5%), houve um crescimento acelerado dessa participação ao longo dos últimos anos. De 1981 a 1995, a produção de gás natural no País saltou de 6.800.000m³ por dia para 22.000.000m³ por dia, resultando num crescimento médio anual de 8,8%, nesse mesmo período."

A GASMIG foi criada em 1988, com a finalidade de explorar a distribuição de gás no Estado. Para tocar o novo negócio, foi escolhida a CEMIG, que, na época, se chamava Centrais Elétricas de Minas Gerais; em função da absorção da GASMIG, ela passou a se chamar Companhia Energética de Minas Gerais.

"A GASMIG iniciou suas operações com a comercialização do biogás produzido no aterro sanitário da Prefeitura de Belo Horizonte, em 1989. Posteriormente, foi firmado um acordo com a PETROBRÁS, visando à distribuição de gás de refinaria, produzido pela REGAP, em Betim. Paralelamente, a equipe da GASMIG negociou com a PETROBRÁS um contrato de compra de gás natural, através de um gasoduto, construído pela PETROBRÁS, ligando a bacia de Campos à Refinaria Gabriel Passos, numa extensão de 360km. O gasoduto tem uma capacidade máxima de bombeamento de 3.400m³ por dia. O investimento da PETROBRÁS foi de R\$80.000.000,00." Está previsto mais um investimento de mais R\$20.000.000,00.

"Para a venda desse gás, foram, então, iniciadas negociações com empresas mineiras situadas nos municípios ao longo do gasoduto Campos-Betim, como Juiz de Fora, Barbacena, Congonhas, Lafaiete, Betim, Contagem, Belo Horizonte e Vespasiano." Nesse sentido, gostaria de alertar os Deputados que atuam nessa região, como a Zona da Mata e a Grande BH, para que observem qual será o prejuízo causado pela privatização da GASMIG. Como já mencionei, haverá um investimento de R\$20.000.000,00, do qual R\$8.000.000,00 (40%) virão do próprio faturamento da empresa.

"As perspectivas de crescimento e o potencial de mercado da GASMIG são enormes. Está previsto um faturamento, em 1996, de R\$15.000.000,00 e, em 1997, de R\$21.000.000,00.

Já em 1998, com previsão de faturamento superior a R\$38.000.000,00, a GASMIG passará a ter fluxo de caixa positivo da ordem de R\$4.500.000,00, com um lucro líquido superior a R\$2.500.000,00. As próprias exposições do Vice-Presidente da CEMIG, Benjamin Campolina, e do Superintendente de Gás dessa empresa, Antônio Otávio Ferraz, feitas na Assembléia Legislativa, durante os debates referentes à tramitação do projeto, são claras ao reafirmar a boa "performance" da GASMIG e o seu potencial enquanto empresa."

Portanto, não estamos vendo fundamento para que seja feita uma privatização a toque de caixa. A intenção do Governo é fazer caixa para uma possível aplicação nas áreas sociais. No entanto, na prática, isso não tem ocorrido, pois esses valores estão muito abaixo do mercado, e não existe controle sobre tal aplicação.

O Projeto de Lei nº 647/96 está eivado de erros e deve ser mais debatido. Além do mais, não pode prosperar, porque trata de uma solicitação para a alienação da totalidade das ações da GASMIG, em poder da CEMIG, que representa 95,05% do controle acionário daquela empresa, sendo 90,38% de ações ordinárias.

Portanto, gostaríamos de fazer um apelo, no sentido de aprofundar o debate, a fim de que mais uma empresa não seja entregue a preço de banana. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o discurso neoliberal que impera no mundo é a tese do Estado mínimo, de acordo com a qual o Estado é ineficiente para gerir qualquer tipo de negócio, principalmente na área produtiva. Daí a palavra de ordem que promoverá a mágica em todo o sistema econômico ser a privatização. Só que é um discurso que não se sustenta em suas considerações mínimas. Inicialmente vemos as contradições, na própria política de privatização na Argentina, onde se vende uma empresa estatal, a Aerolíneas Argentinas, à Ibéria, empresa estatal espanhola. Também em nível de qualidade do serviço, privatizou-se o sistema de telefonia na Argentina e, já no segundo ano de privatização, devido às tarifas altíssimas, verificam-se 40% de inadimplência no sistema telefônico argentino. Então nos perguntamos se é essa receita neoliberal requeitada que querem implementar no Brasil. Discute-se, em Minas Gerais, a privatização da GASMIG, uma empresa lucrativa, com menos de 50 servidores. Só que toda a privatização feita no Brasil com moedas podres não gerou dinheiro novo para fazer frente ao discurso de investimento em áreas sociais.

A outra questão é uma reflexão sobre o que é setor estratégico. Entendemos que o setor de distribuição de gás, tanto para as empresas quanto para o sistema residencial, que seria o futuro da GASMIG, é uma área estratégica, daí a necessidade de intervenção do Estado. Daqui a pouco também estaremos à mercê de cartéis determinando e ditando os rumos da economia, colocando em risco o próprio regime democrático, a autonomia e a independência de um país. Somos contra a forma que o Governador do Estado tem usado, como primeiro aluno na sala de espera do neoliberalismo do Sr. FHC, para implementar as políticas públicas em Minas Gerais. Por isso somos contra a privatização da GASMIG. Mas o mais grave, além da questão de princípios sobre o sistema neoliberal, é o fato de o Governador ter vetado exatamente o que tinha sido acordado entre o Líder do Governo, Deputado Romeu Queiroz, e a Liderança da Oposição, representada por nós, no final de junho ou no início de julho deste ano quando tínhamos concordado em suspender a obstrução, na expectativa de que duas emendas fossem acrescentadas ao projeto. A primeira, que mantinha o controle acionário da CEMIG e da GASMIG, entendendo que a política de Estado, dessa forma, poderia ser feita e continuar sendo aplicada. E, de alguma forma, ao se determinar, também, preço de tarifas, prioridades no serviço, o Estado teria um poder de barganha, de influência e de determinação na ação da GASMIG. A outra emenda permitia aos servidores da GASMIG participarem da compra de suas ações, processo esse usado em todas as privatizações no Brasil e até em outros países.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, essas duas emendas acordadas não foram cumpridas. O Sr. Governador, à revelia de um acordo aqui tomado - e acreditamos que o líder do Governo fale em nome dele -, não respeitou esse acordo. Por isso, repudiamos o veto. Que segurança teremos daqui para frente de que outros acordos de lideranças serão mantidos? Como poderemos confiar nas palavras das Sras. e dos Srs. Deputados? Acho que, nesse sentido, a rejeição do veto tem que ser, além de um princípio filosófico da balela do discurso neoliberal da privatização, tem que ser, também, uma reafirmação de um acordo de lideranças feito nesta Casa, para nos dar a segurança de que, daqui para frente, possamos confiar em palavras empenhadas, em acordos firmados. Todos se lembram, que, se não fosse esse acordo aqui celebrado, dobraríamos todo o mês de junho, segurando o processo de votação, em função de insatisfações com a não-liberação de verbas do PADEM e, também, com o processo eleitoral, que exigia presença de muitos Deputados em suas bases eleitorais. Assim, não haveria "Quorum" para votação. Queremos, sim, que haja respeito e que seja cumprido esse acordo firmado. Vamos não só votar contra, mas estaremos aqui encaminhando esse processo de obstrução, na defesa daquilo que é patrimônio do Estado.

Podemos ilustrar essa situação com aquele poema que diz mais ou menos assim: "na

primeira noite entram em nosso jardim e colhem uma flor, e não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem; pisam no canteiro e roubam outras tantas e não falamos nada. Na terceira noite, roubam a voz da nossa garganta". Acho que a privatização da GASMIG é uma porta para a privatização do BEMGE; é uma porta aberta para a vergonhosa privatização da CEMIG, empresa da qual o Governo já vai alienando ações. Aí, vamos ver, dentro de 10 ou 15 anos, que estaremos em campo político, levantando o Estado destruído, em frangalhos, como aconteceu no caso das privatizações das rodovias, no México; no sistema de telefonia, hoje, na Argentina e no sistema bancário, no Chile. O rastro dessa política neoliberal de privatização é o enfraquecimento dos estados nacionais. O rastro dessa política neoliberal de privatizações é a fome; é a miséria e, cada vez mais, as crianças abandonadas pela rua; desemprego e atraso, porque nenhum país do mundo fez uma política de desenvolvimento que não fosse restritiva, buscando o fortalecimento de sua economia nacional e o fortalecimento de seus estados.

Temos muitos exemplos no mundo. A própria Coréia fez a abertura para capitais de aplicação no setor estratégico, de área de tecnologia, só finalmente abrindo suas fronteiras para bens de consumo.

É isso o que vemos: uma política neoliberal, requentada e de muito mau gosto, que o Sr. Azeredo quer implantar em Minas Gerais, que começa pela GASMIG, além de outras políticas empreguistas e traidoras para a Nação.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, estamos aqui para encaminhar contrariamente ao veto que S. Exa. o Governador fez às emendas que apresentamos durante a votação e a tramitação desse projeto na Casa. Queremos aqui expor as razões que nos levaram a nos opor a essa concessão, à privatização que o Governo faz da GASMIG.

Em primeiro lugar, queremos dizer que a GASMIG faz parte da CEMIG. A CEMIG, hoje, controla a GASMIG, e o gás também é uma fonte de energia. A CEMIG, como empresa do setor energético, trabalha não só na área da eletricidade, mas também em áreas de utilização da energia solar, da energia eólica e da biomassa, sendo que o gás completa esse arcabouço de materiais que compõem o setor energético do País. Assim, a CEMIG não pode ter a idéia de trabalhar apenas com uma área, que é a eletricidade, mas deve trabalhar com o conjunto. Qualquer governo, se quiser ter desenvolvimento, precisa ter energia, que é fundamental.

Hoje, vemos que uma das questões que fizeram com que a Mercedes se definisse por Juiz de Fora é exatamente porque lá já temos o gás canalizado, temos uma fonte de energia extremamente importante, que, em nível mundial, hoje, representa em torno de 20%, exatamente o consumo mundial de gás natural.

Entendemos que quando o Governador diz que não privatizará a CEMIG porque é uma empresa importante para uma política de desenvolvimento do Estado, há uma contradição. Quando o Governador fala que não dá para privatizar a CEMIG porque ela é importante para alavancar o desenvolvimento, a GASMIG, que é parte da CEMIG, controla também um aspecto importante do setor energético.

São essas questões que nos levam a nos opor a esse projeto de entrega da GASMIG. Além disso, o seu valor financeiro é muito menor se for entregue. Agora, como uma potência geradora de desenvolvimento, o seu valor é muito maior. É isso que ocorre no caso da Vale. Vamos vender a Vale. O valor que ela tem no mercado é muito menor que o potencial que ela gera de desenvolvimento; este é muito maior do que seu valor, mas levamos em conta apenas o patrimônio. A capacidade de exploração e de geração de recursos é muito maior do que simplesmente seus valores nominais.

Assim, estaremos votando contrariamente ao veto de S. Exa. o Governador, porque entendemos que é fundamental manter o controle energético, porque ele é fundamental para o desenvolvimento.

A Chrysler acaba de definir a instalação de uma nova empresa de automóveis no Brasil, no Estado do Paraná, e uma das razões é porque eles detêm o potencial energético, que também lhe é fornecido. Então, não podemos, em Minas Gerais, abrir mão dessa empresa. Entendemos que é fundamental a sua preservação para a CEMIG, para dar força a esta, e não ir quebrando-a aos poucos, porque futuramente ela vai acabar perdendo o sentido de existir.

É por isso que queremos pedir aos Deputados que pensem muito bem antes de votar essa questão.

Vimos uma entrevista, na semana passada, do ex-Governador Hélio Garcia, na qual ele se mostrava preocupado com o processo de desmonte que vem sendo feito em cima da CEMIG. Imaginem os senhores que, se Hélio Garcia, que ajudou a eleger Eduardo Azeredo e o apóia, está demonstrando preocupação, como não estaremos nós? Assim, deixamos registrada nossa preocupação e nosso repúdio ao desmonte que se faz da CEMIG e à entrega desse importante setor energético, fundamental para o desenvolvimento de qualquer estado e de qualquer país. É por isso que a Bancada do PT é contrária a esse veto. Estaremos aqui votando para tentar derrubá-lo e para que tenhamos essa empresa fortalecida juntamente com a GASMIG, importante braço da CEMIG, e, assim, Minas

Gerais possa continuar fornecendo energia barata, atraindo novas empresas, como aconteceu com a Mercedes, em Juiz de Fora. Muito obrigado.

198ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 29/10/96

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o caos em que se encontra o Município de Contagem será novamente o objeto da nossa fala.

Todos têm conhecimento da falta de responsabilidade dos últimos Prefeitos do Município, que promoveram um grande endividamento para fazer obras faraônicas, a fim de se perpetuarem no poder, através da eleição de seus sucessores. Agora, a situação agravou-se a tal ponto que temos, no Município, atrasos de pagamento, de dois a quatro meses, dos servidores municipais. A Prefeitura vive uma situação caótica, com mais de 700 ações impetradas por fornecedores, as quais se encontram no fórum da cidade para cobranças judiciais, e, também, o não-pagamento de precatórias em processos de indenização e desapropriação de imóveis. Já falamos que, desde 8/4/96, tendo em vista a questão do não-pagamento de imóveis desapropriados no Município, encontra-se na mesa do Sr. Governador do Estado um pedido de intervenção no Município de Contagem, pedido nº 19.925/1, do Sr. Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros.

Srs. Deputados, assim estabelece a Constituição Estadual, elaborada e promulgada por esta Casa, em seu art. 184: " O Estado não intervirá no Município, exceto quando: IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípio indicado nesta Constituição, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.". Está claro, pelos dizeres desse artigo, que o Tribunal de Justiça baseou-se no pedido de intervenção no Município de Contagem em razão do não-cumprimento de decisão judicial. Existe um outro pedido de intervenção no Município, promovido pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Contagem, pelo não-pagamento de seus salários e pelo não-repasse ao IPSEMG de valores descontados nos contracheques dos servidores municipais. E a que estamos assistindo de abril até agora? A uma conivência, um silêncio cúmplice do Sr. Governador do Estado, exatamente por ser o Prefeito pertencente ao seu partido. Essa é a razão do não-cumprimento do pedido de intervenção no Município de Contagem. Nesse ponto, senhoras e senhores, o art. 91 da Constituição do Estado é claro, quando estabelece que "são crimes de responsabilidade os atos do Governador do Estado que atentem contra a Constituição da República, esta Constituição e, especialmente, contra: VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais". O mesmo art. 91, em seu § 2º, permite "a todo cidadão denunciar o Governador perante a Assembléia Legislativa por crime de responsabilidade". E é isso o que faremos, através de comunicação oficial, amanhã: uma denúncia contra o Governador por crime de responsabilidade, por não haver intervindo, ainda, de 8/4/96 até agora, no Município de Contagem.

Mas, Srs. Deputados, o art. 92, no seu inciso II, diz que, nos crimes de responsabilidade, "se admitida a acusação e instaurado o processo pela Assembléia Legislativa", o Governador será suspenso de suas funções, conforme estabelece o "caput" do artigo.

Diante do caos que se instalou no Município de Contagem e da irresponsabilidade dos seus governantes, com a conivência do Sr. Governador, só resta à Assembléia, para que a Constituição que ela fez seja cumprida e respeitada, o acatamento do crime de responsabilidade para a ação competente, no caso, contra o Governador do Estado.

Mas o art. 62, no inciso XIV, coloca claramente: "Compete privativamente à Assembléia Legislativa: XIV - processar e julgar o Governador e o Vice-Governador do Estado, nos crimes de responsabilidade, e o Secretário de Estado, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;".

Como já anunciamos na semana passada, amanhã estaremos aqui, dando entrada à denúncia para instauração de um processo contra o Governador do Estado por estar sendo, também, responsável pela irresponsabilidade que acontece em Contagem.

A direção dos servidores públicos do município, em reunião de negociação com o Sr. Prefeito Altamir Ferreira, foi informada, oficialmente, que os salários de novembro, dezembro e o 13º, portanto, de três meses, não serão pagos. Deixarão para o futuro Prefeito essa responsabilidade. Hoje, toda a Prefeitura, cerca de 11 mil servidores, estão com suas atividades paralisadas, porque não têm certeza se aquele senhor, que já passou pelo Palácio e que já deu calote nos servidores públicos, honrará esses compromissos. Então, não restou outro caminho senão o de decretarem greve por tempo indeterminado. O que assistimos, hoje, é à sujeira nas ruas, ao lixo se amontoando, por não estar regularizado o serviço de coleta. E assistimos a um quadro mais deprimente, já quase definido, que será a perda do ano letivo por 70 mil alunos da rede municipal.

Acho que, diante dessa irresponsabilidade e da intranquilidade de pais e mães de 70 mil alunos do Município de Contagem, não resta outra ação senão a do cumprimento da decisão judicial de intervenção no município. E a esta Assembléia compete processar, por crime de responsabilidade, o Sr. Governador, por não cumprir tal decisão. Amanhã,

país e alunos de escolas de Contagem estarão se concentrando em frente ao Palácio da Liberdade para forçar o Governador a tomar uma decisão, antes que entremos com a instauração do processo de crime de responsabilidade contra ele.

Não podemos admitir que a cumplicidade partidária ajude ou provoque o caos em que se encontra o Município de Contagem. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, pessoas presentes nas galerias, profissionais da imprensa. Ocupamos esta tribuna nesta tarde para abordar, mais uma vez, uma questão que considero fundamental, mas que, infelizmente, vem sendo tratada com descaso.

Fiquei particularmente chocado quando, no último domingo, à noite, no encerramento do programa da Rede Globo "Fantástico", vi os dois apresentadores do programa tratarem, de forma afrontosa e ao mesmo tempo com muito desrespeito os servidores públicos deste País. Vimos e fizemos questão de gravar o programa para que, depois, pudéssemos analisar como o Governo Federal e o Governo do Estado conseguiram criar - e nos últimos anos vem-se criando - um movimento, em nível nacional, na tentativa de desmoralização do serviço público. O encerramento do "Fantástico" veio coroar toda essa campanha orquestrada contra os servidores públicos, quando os apresentadores do programa leram a seguinte mensagem: "Muita gente os odeia, mas a maioria não pode nem odiá-los, pois tem pelo menos um parente entre eles. Amanhã é o dia dele. O dia do funcionário público. Festeje, antes que acabe". E sorriram, numa demonstração de total desrespeito para com os servidores públicos que têm batalhado para manter a máquina funcionando neste País.

Apesar dos baixos salários e apesar de serem tratados como pessoas que não trabalham, que ganham muito e não fazem por merecer o salário que recebem, vemos que os servidores, apesar de tudo isso, continuam nos seus postos de trabalho, preservando o funcionamento da máquina. Podemos ver, em todas as secretarias, o trabalho e a força com que esses servidores trabalham e batalham para que, de fato, a sua profissão seja valorizada e que o cidadão possa receber atendimento, como ocorre nos postos de saúde e nas escolas. Ressalto, também, o trabalho dos funcionários do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Os servidores procuram honrar e garantir que, de fato, o País, os Estados e os municípios possam crescer.

Infelizmente, a campanha que fazem é impiedosa. Mas queremos, aqui, hoje saudar a todos os servidores públicos e a todas as servidoras públicas, porque entendemos que o trabalho que vocês desempenham é fundamental. Não podemos assistir, passivos, ao desmonte e à destruição do serviço público. Ontem, os funcionários públicos tiveram poucos motivos para comemorar o seu dia. Mas vimos que, em nível nacional, os servidores continuam organizados e dizendo ao Governo que o serviço público ainda é fundamental e essencial e que continuam batalhando para que, de fato, esses serviços continuem a ser oferecidos a toda a população.

Por isso, queremos parabenizar a todos os servidores públicos e a todas as servidoras públicas pelo seu dia. Deveríamos ter todos os dias dedicados a esses servidores e estamos preocupados com eles, tentando garantir-lhes melhoria salarial, condições de aperfeiçoamento e condições de trabalho mais adequadas, sem pressões, como temos assistido hoje. Infelizmente, esse não é o quadro. Gostaria, de público, de repudiar a forma como foi tratado o servidor público, nesse final de semana, nos canais de televisão, e, em especial, ontem, de novo no "Jornal Nacional", da Globo, quando chegaram a apresentar uma chanchada ridicularizando o servidor público. Queremos dizer que essas campanhas orquestradas não diminuirão o entusiasmo, não farão com que os servidores públicos deixem de prestar relevantes serviços ao conjunto da população deste País. Os servidores públicos continuarão resistindo a todos esses ataques, a fim de que o nosso País possa garantir condições dignas de vida para todos os seus habitantes.

Também sou funcionário público, pois sou professor do Estado de Minas Gerais, aprovado em concurso público. No entanto, estou temporariamente licenciado da minha função para exercer o mandato de Deputado Estadual. Portanto, desejamos congratular-nos com todos os servidores públicos, repetindo, mais uma vez, que entendemos a importância desses servidores. Assim sendo, iremos continuar cobrando do Governo do Estado garantias de melhorias para os servidores. Continuaremos cobrando não só da atual Mesa Diretora da Assembléia, mas também da que será eleita no próximo ano a garantia de reajustes salariais para os funcionários desta Casa e melhoria nas suas condições de trabalho, para que esses servidores possam se aperfeiçoar. É fundamental, para a manutenção do processo democrático, que os servidores sejam reconhecidos e valorizados.

Gostaríamos de encerrar o nosso pronunciamento saudando e parabenizando, mais uma vez, todas as servidoras e servidores públicos municipais, estaduais e federais dos três Poderes. Ao mesmo tempo, queremos deixar registrado o nosso descontentamento para com a Rede Globo, pela forma como os apresentadores do programa "Fantástico", do último domingo, debocharam dos servidores públicos. Ontem, o fato se repetiu, quando aquela emissora de televisão tentou ridicularizá-los através da apresentação de uma

chanchada.

Entretanto, não será isso que irá impedir os servidores de continuar prestando relevantes serviços ao conjunto da população. Creio que todos nós devemos repudiar essa campanha que está sendo feita contra os servidores. Devemos procurar, cada vez mais, reforçar o trabalho e a importância desses mesmos servidores. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos votar o projeto, mas contrariamente ao relatório apresentado pelo Deputado Dílzon Melo, porque nosso projeto de lei fala a respeito da produção cinematográfica.

Os filmes de curta-metragem são produções extremamente importantes, já desenvolvidos em quase todos os Estados brasileiros, onde já há garantia de recursos para que eles possam ser realizados. Da forma como veio o projeto para esta Casa, não há garantia e proteção para os produtores dessa espécie de filme.

Então, qual o nosso objetivo, quando apresentamos a emenda? É o de garantir que os profissionais de cinema que trabalham com filmes de curta-metragem possam, também, se beneficiar com os recursos assegurados pelo fundo para o desenvolvimento do projeto cinematográfico que o Governo apresenta; que lhes seja reservado um percentual; aí, a questão da rotatividade, apresentada pelo Deputado Dílzon Melo, não inviabiliza, em hipótese alguma, a proposta. Que a rotatividade desses recursos esteja voltada para a produção de filmes como drama, suspense, obras históricas, etc. Isso não inviabiliza que tenhamos recursos próprios para filmes de curta-metragem. A rotatividade diz respeito ao processo, à qualidade e à espécie do filme que será produzido. Agora, não está assegurado, no projeto, que haverá recursos para a realização de filmes de curta-metragem. E, hoje, em nível nacional, os filmes de curta-metragem têm grande espaço, como, também, em nível internacional. O Brasil tem competido e ganho espaço nessa área. Se não aprovarmos a emenda que estamos apresentando, vamos penalizar os produtores de filme de curta-metragem, e Minas Gerais será um dos poucos Estados do Brasil que irá cercear a participação e o estímulo ao cinema nessa área.

Assim, pedimos aos ilustres Deputados que votem favoravelmente à Emenda n° 2, porque, em hipótese alguma, ela inviabiliza a rotatividade que é apresentada no projeto do Governador. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 30/10/96, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa n° 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções n°s 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, 5.132, de 31/5/93, e 5.134, de 10/9/93, e de conformidade com as Deliberações da Mesa n°s 970, de 14/9/93, e 1.225, de 14/6/95, assinou os seguintes atos:

dispensando Theóphilo Moreira Pinto Neto da Função Gratificada de Nível Médio - FGM -, com exercício na Secretaria de Assistência e Administração de Pessoal, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

dispensando Rodrigo Conde Baeta da Costa da Função Gratificada de Nível Médio - FGM -, com exercício na Gerência-Geral de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

designando Alexandre Costa Pereira, integrante do Banco de Desenvolvimento do Servidor da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS -, com exercício na Gerência-Geral de Saúde e Assistência, em virtude de sua classificação em seleção específica interna;

designando Cristina de Fátima Alves, integrante do Banco de Desenvolvimento do Servidor da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para a Função Gratificada de Nível Médio - FGM -, com exercício na Gerência-Geral de Pessoal, em virtude de sua classificação em seleção específica interna;

designando Fábio José Marchesini Fonseca, integrante do Banco de Desenvolvimento do Servidor da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para a Função Gratificada de Nível Médio - FGM -, com exercício na Gerência-Geral de Pessoal, em virtude de sua classificação em seleção específica interna;

designando Geraldo Magela Magalhães Silva, integrante do Banco de Desenvolvimento do Servidor da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para a Função Gratificada de Nível Médio - FGM -, com exercício na Gerência-Geral de Pessoal, em virtude de sua classificação em seleção específica interna;

designando Luiz Antônio Dias, integrante do Banco de Desenvolvimento do Servidor da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para a Função Gratificada de Nível Médio - FGM -, com exercício na Gerência-Geral de Pessoal, em virtude de sua classificação em seleção específica interna;

designando Luiz de Jesus, integrante do Banco de Desenvolvimento do Servidor da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS -, com exercício na Gerência-Geral de Serviços Gerais, em virtude de sua classificação em seleção específica interna;

designando Marisa Pimentel Salgado, integrante do Banco de Desenvolvimento do Servidor da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para a Função Gratificada de Nível Médio - FGM -, com exercício na Gerência-Geral de Serviços Gerais, em virtude de sua classificação em seleção específica interna;

designando Rodrigo Conde Baeta da Costa, integrante do Banco de Desenvolvimento do Servidor da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS -, com exercício na Gerência-Geral de Serviços Gerais, em virtude de sua classificação em seleção específica interna;

designando Theóphilo Moreira Pinto Neto, integrante do Banco de Desenvolvimento do Servidor da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS -, com exercício na Gerência-Geral de Saúde e Assistência, em virtude de sua classificação em seleção específica interna.

IPLEMG

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 2/96 - Objeto: aquisição de material para montagem de estrutura metálica para proteção da laje do Ed. Tiradentes. Licitante vencedora: Comercial de Ferro São Benedito Ltda. Convite nº 3/96 - Objeto: prestação de serviços de montagem da estrutura metálica do Ed. Tiradentes. Licitante vencedor: Eduardo Monteiro Teixeira.

Extrato de Convênio

Termos de convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio nº 02306 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associação Feminina Jardim Castelinho - Contagem.

Deputado: Arnaldo Canarinho.
